

ATO GP Nº 06/2008

Disciplina o § 2º, do art. 222, do Regimento Interno, para dispor sobre o plantão judiciário no âmbito da Justiça do Trabalho da 22ª Região nos dias em que não houver expediente forense.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, inciso XIV do RITRT/22ª Região e

CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação ininterrupta das atividades essenciais da Justiça do Trabalho da 22ª Região, a teor do que prescreve o inc. XII, art. 93, da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 45;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 25/2006, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que dispõe sobre a concessão de folga compensatória para juízes e servidores que atuarem em plantões judiciários;

CONSIDERANDO, finalmente, que a Resolução nº 39/2007, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao dar nova redação ao § 2º do artigo 1º da Resolução nº 25/2006, facultou aos Regionais a implantação do sistema de plantão judiciário na modalidade não presencial;

R E S O L V E

Art. 1º. Nos dias em que não houver expediente forense (finais de semana, feriados e recesso forense), a Justiça do Trabalho da 22ª Região funcionará em regime de plantão judiciário no horário das 8 às 18 horas.

Art. 2º. O plantão judiciário, na modalidade de plantão não presencial, será exercido pelo Presidente do Tribunal, para os feitos de 2º grau e, nos de competência de 1º grau, por Juiz de uma das Varas do Trabalho de Teresina, nomeados *ad hoc* pela Presidência e em regime de rodízio.

§ 1º. O Juiz Plantonista de 1ª grau terá jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

§ 2º. A indicação do servidor que atuará no plantão judiciário será feita pela Diretoria Geral de Administração, dentre os lotados em Teresina.

Art. 3º. Em regime de plantão judiciário somente serão apreciados pedidos, ações, procedimentos e medidas judiciais considerados urgentes.

I – Para os efeitos deste artigo, consideram-se medidas judiciais urgentes aquelas que importem em perecimento do direito ou privação da liberdade.

II – As petições recebidas durante o plantão serão remetidas no primeiro dia útil subsequente ao juízo competente para prosseguimento.

Art. 4º. Os pedidos, ações, medidas e demais procedimentos de que trata este Ato, relacionados a feitos de 1º ou 2º graus, serão protocolizados diretamente no Edifício-Sede do Tribunal.

Parágrafo Único. A petição, que poderá ser protocolizada por *fac-símile*, deverá vir acompanhada dos documentos necessários à análise da situação e será imediatamente submetida à conclusão do juiz plantonista.

Art. 5º. Será concedido um dia de folga compensatória a magistrados e servidores para cada dia de atuação em plantão judiciário, devida somente quando haja atendimento, a ser comprovado mediante relatório circunstanciado, sendo vedada a substituição da folga pela retribuição pecuniária.

Parágrafo único. O servidor escalado para o plantão judiciário fará jus ao benefício do *caput* do art. 5º independentemente do cargo ou função que exerça.

Art. 6º. Este Ato entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Teresina, 28 de janeiro de 2008.

ARNALDO BOSON PAES
Desembargador-Presidente